

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**NOMITA DOS JUIZES TOGADOS, TOGADOS INTERINOS E CONVOCADOS E
JUIZES CIVIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL
– 1918/2018.**

Nº	NOME DO MAGISTRADO	POSSE	ATA/LIVRO
01	Dr. Francisco de Souza Ribeiro Dantas – Juiz Togado	19 de junho de 1918 ¹ .	Ata 01
02	Dr. João Carlos Machado – Juiz Togado Interino	22 de maio de 1931.	Livro II, fl. 86
03	Dr. Alarico Cabeda – Juiz Togado	20 de junho de 1932.	Livro II, fl. 96v.
04	Dr. José Gomes Ferreira – Suplente de Juiz Togado	06 de maio de 1943.	Ata 84
05	Dr. Carlos Pinto Mennet – Juiz Auditor Convocado	21 de setembro de 1951.	Ata 376
06	Dr. Otelo Frota – Juiz Togado Interino	18 de outubro de 1951.	Ata 377
07	Dr. Acacio Faria Correa – Suplente de Juiz Togado	20 de março de 1952. 13 de janeiro de 1955.	Ata 383 Ata 466
08	Dr. Herophilo Carvalho de Azambuja – Juiz Togado	04 de setembro de 1952 ² .	Ata 400
09	Dr. Nestor Azambuja Guimarães – Juiz Togado	26 de novembro de 1953.	Ata 437
10	Dr. Clio Fiori Druck – Juiz Togado	17 de março de 1955. 06 de junho de 1973.	Ata 467
11	Dr. Antonio Cesar Alves – Juiz Auditor Convocado Juiz Togado Substituto	14 de setembro de 1955 ³ . 30 de outubro de 1974.	Ata 484 Ata 1340

¹ O Decreto nº 2347-A de 28 de maio de 1918 criou a instância revisora (2º grau), o conselho de apelação composto por cinco juízes; quatro militares e um juiz togado nomeado pelo Presidente do Estado.

² Ata 399 de 28 de agosto de 1952, fez público a nomeação do Juiz togado Dr. Herophilo Carvalho Azambuja e como Procurador da justiça Militar do Estado o Dr. Carlos Pinto Mennet, o qual já exercia as funções de Juiz Auditor da JME.

³ O Dr. Antonio Cesar Alves – Juiz Auditor da JME/RS, foi por quase 20 anos Juiz togado Substituto. Magistrado de invejável cultura humanística e jurídica, atualmente sua memória é homenageada no plenário da 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre.

12	Dr. Julio Andre – Juiz Togado Substituto	12 de julho de 1967 ⁴ .	Ata 1064
13	Dr. Orlando Giraldi Vanim – Juiz Togado	06 de novembro de 1974.	Ata 1341
14	Dr. Celio Marques Fernandes – Juiz Civil	27 de fevereiro de 1980 ⁵ .	Ata 1563
15	Dr. Antonio Fornari – Juiz Civil	14 de maio de 1980.	Ata 1577
16	Dr. Rubem Scheid – Juiz Civil	30 de setembro de 1981.	Ata 1641
17	Dr. José Luiz Vieira – Juiz Civil	03 de agosto de 1983 ⁶ .	Ata 1726
18	Dr. Eduardo Tulio Sarmiento Barcellos – Juiz Civil	06 de setembro de 1986.	Ata 1848
19	Dr. Romeu Martinelli – Juiz Civil	06 de fevereiro de 1986.	Ata 1848
20	Dr. Mathias Nagelstein – Juiz Civil	27 de maio de 1992.	Ata 2170
21	Dr. Roberto Leal Kelleter – Juiz Civil	09 de março de 1998.	Ata 2393
22	Dr. Geraldo Anastácio Brandeburski – Juiz Civil	30 de março de 1998.	Ata 2397
23	Dr. Otavio Augusto Simom de Souza – Juiz Civil	17 de dezembro de 1998.	Ata 2430
24	Dr. João Carlos Bona Garcia – Juiz Civil	17 de dezembro de 1998.	Ata 2430
25	Dr. Fernando Guerreiro de Lemos – Juiz Civil	15 de abril de 2010.	Ata 2961
26	Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo – Juiz Civil	22 de janeiro de 2015.	Ata 3232
27	Dra. Maria Emília Moura da Silva – Juíza Civil	11 de fevereiro de 2015.	Ata 3237

Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum – Coordenador do Projeto Memória da JME/RS.

⁴ Sessão já em nova sede, na ata 839 de 27 de setembro de 1960 foi inaugurada as novas instalações, no atual QG da Brigada Militar.

⁵ A Lei nº 7.356 de 1ª/02/1980 – O COJE – Código de organização Judiciária do Estado, fixou a composição do 2º Grau da JME, o TJM em sete juízes, quatro juízes militares e três juízes civis todos nomeados pelo Governador.

⁶ Já em vigor a Lei nº 7.706 de 15 de outubro de 1982 – no seu art. 4º, § 3º, versa: “No Tribunal Militar, um dos juízes será, obrigatoriamente, escolhido dentre juízes auditores”. Mantendo a composição de sete membros na Corte Castrense, quatro militares e três civis, sendo um obrigatoriamente oriundo dos juízes de direito do Juízo Militar (1º grau).